

<http://www.historiadentro.pt/vasco-lourenco-o-25-de-abril-nao-aconteceu-por-geracao-espontanea/>



Não guarde para si. Partilhe!



Juntamente com Otelo Saraiva de Carvalho e Vítor Alves, Vasco Lourenço fez parte da direção da Comissão Coordenadora do Movimento dos Capitães. Numa entrevista concedida à VISÃO História em 2014 evocou os nove meses de conspiração que culminaram na Revolução dos Cravos. Aqui, o registo quase integral de uma conversa recheada de histórias

A noite de novembro vai alta. O carro desliza pela Avenida de Berna deserta, quando começa a ficar instável, com a direção a oscilar. Um furo às duas da madrugada é tudo o que menos se deseja, depois horas a fio a partir pedra numa longa reunião, em Aveiras de Cima, à procura de conciliar posições aparentemente inconciliáveis no seio do Movimento.



AP-CX24-11

<http://www.historiadentro.pt/vasco-lourenco-o-25-de-abril-nao-aconteceu-por-geracao-espontanea/>

O Datsun 1200 branco encosta, ali mesmo em frente à Fundação Gulbenkian. Vasco Lourenço e Otelo Saraiva de Carvalho ainda estão a digerir o conflito instalado no seio da Comissão Coordenadora entre uma tendência mais virada para a resolução de problemas corporativos na mais estrita legalidade e outra que defende um avanço qualitativo do Movimento. Os dois homens saem do carro. Vão à mala buscar o macaco e o pneu sobresselente.

Boa conselheira, a noite torna-se propícia a confidências e desabafos. Sob o halo baço da iluminação pública e com a ajuda dos faróis do Datsun, os dois homens mudam o pneu enquanto conversam.

– Eh pá! Isto não vai lá com papéis, requerimentos e exposições – diz Vasco Lourenço. – Temos é de fazer um golpe militar e entregar o poder a uma junta até se realizarem eleições, depois quem ganhar que governe.

Otelo fica atónito por momentos. Depois reage:



– Mas tu também pensas

assim, pá?

– É claro, pá. Ando a pensar nisso há uma data de tempo.

– Eh pá! Isso é a minha grande ambição... um dia poder ser útil ao meu país e libertar o meu povo.

O pneu é mudado. E o Datsun há de ainda fazer, de reunião conspirativa em reunião conspirativa, uns 20 mil quilómetros até à madrugada de 25 de Abril do ano seguinte.

Quando é que entra na conspiração?

É o Congresso dos Combatentes do Ultramar que leva a envolver-me, principalmente com o grupo dos spinolistas, que dirigia a contestação ao Congresso. Decidimos continuar e começámos a reunir na convicção de que era preciso aproveitar aquela embalagem e percebemos que tínhamos mais força do que pensávamos. Pouco depois, começa a contestação ao Decreto-Lei 353. Sou eu, com mais dois ou três, que organizamos o Movimento e preparamos a reunião em Alcáçovas.

<http://www.historiadentro.pt/vasco-lourenco-o-25-de-abril-nao-aconteceu-por-geracao-espontanea/>

O sentimento de que se devia derrubar o regime já era comum aos conspiradores?

Nessa fase ainda nos andávamos a tatear uns aos outros. O 25 de Abril não aconteceu por geração espontânea. Custou um bocado, foi arriscado. Mesmo entre nós não foi fácil. Uma coisa é conhecer-se e ser-se amigo de uma pessoa, outra é a certa altura assumir os sentimentos ideológicos e o que é que um indivíduo pensa estar disposto a fazer

Quando vamos para a reunião de Alcáçovas, no dia 9 de setembro de 1973 [a primeira grande reunião do Movimento], grassam três tipos de sentimento no meio dos conspiradores.

Grande parte dos 136 gajos que lá estiveram foi por razões corporativas. Ou seja, para reagir a um decreto-lei – aliás, dois, porque já tinha surgido um segundo a tentar remediar o primeiro e tinha posto os oficiais superiores [acima de major] fora do problema corporativo.

Outro grupo, mais pequeno, fê-lo por camaradagem (esses foram porque os amigos também lá estavam). Havia ainda um terceiro grupo (em que me incluo) para o qual o problema dos decretos é algo meramente instrumental, e pensa aproveitar para outra coisa. Mas não se percebe bem quem é que está nessa posição. Fomos tateando...

E, por vezes, arriscando atirar barro à parede para ver se pegava?

Depois de Alcáçovas, em finais de setembro, fizemos uma reunião em Engenharia para convencer os engenheiros a ingressarem no Movimento, o que foi feito com muito sucesso. Houve, depois, pessoal dessa arma que veio a desempenhar papéis muito importantes (o Pinto Soares e o Luís Macedo, por exemplo).

A certa altura, estamos a discutir um abaixo-assinado e exposição por causa dos decretos e eu tenho uma saída:

– É pá, isto não vai lá com abaixo assinados. Temos de nos preparar para fazer um golpe militar, nomear uma junta que faça eleições e quem as ganhar há de governar.

Dito assim, aquilo foi uma bomba dentro da sala. E o Vítor Alves pergunta:

– E onde é que tu arranjas generais para a junta militar.

A malta, os militares, pensa logo em generais... E eu digo:

– Tu podes não ter generais, podes não ter brigadeiros, podes não ter coronéis, podes não ter tenentes-coronéis... – E como ele era major, olho para ele e remato – Podes nem ter majores, mas garanto-te que arranjo capitães!

Ele vira-se para mim:

– Mas sentes-te capaz de pertencer a uma junta militar?

– Então eu estou a pôr a hipótese de fazer o golpe e vou ter medo de pertencer à junta? Com certeza que me sinto capaz – respondo.

Depois saí de lá e pus-me a pensar: «És maluco, pá. Toma mas é cuidado. Começas a mandar bocas dessas, estás aqui estás dentro.»

Aquilo foi atirado para ir abrindo as consciências à malta, porque o problema não era corporativo e não podia ser tratado com documentos e exposições.

Em que altura é que se começam a designar como «Movimento»?

O termo «Movimento dos Capitães» foi crismado logo na reunião de Alcáçovas. Isso porque nela participaram quase exclusivamente capitães e subalternos. As patentes mais altas, como majores e tenentes-coronéis foram deixadas de fora por razões de segurança, uma vez que, como eram mais graduados, podiam ser responsabilizados e punidos.

Foi na Guiné que se abriu a sua consciência?

O general Spínola proporcionou um clima favorável ao debate de ideias, nomeadamente a de que a solução para a guerra teria de ser política e não militar. E havia pessoas que pensavam politicamente. O meio militar deve ter sido o meio mais aberto à discussão de problemas políticos e onde era mais fácil a malta expressar a sua opinião, nas messes e nas salas de oficiais. A PIDE entrava menos e tinha alguma dificuldade em meter-se com os militares.

Na Guiné, estou numa companhia [como comandante], integrado num batalhão. Mas, naquele contexto, uma companhia atua de uma forma quase independente. O capitão era uma espécie de pai de 180 gajos, tudo malta nova, com 20 a 22 anos, mantendo, assim, uma ligação aos problemas concretos. Muitos soldados tinham deixado problemas graves na retaguarda – uns eram casados com filhos, outros com os pais a viver em dificuldades de quem eles eram o sustento. Tudo isso acabava por cair em cima do capitão. Nós discutíamos tudo, o que foi abrindo os olhos para o tipo de sociedade que havia aqui em Portugal.

Na Guiné, tive enormes problemas com o general Spínola. Acabei a comissão de relações cortadas com ele. Sempre fui um bocado rebelde, sempre com problemas com a hierarquia.

<http://www.historiadentro.pt/vasco-lourenco-o-25-de-abril-nao-aconteceu-por-geracao-espontanea/>

Ainda que tivesse um posicionamento predisposto para me preocupar com o tipo de sociedade e um feitio contestatário, de início, não ligava muito à coisa política. Mas naquele caldo de discussão aberta dá-se um episódio que, para mim é o clique.

Quer contá-lo?

A zona de intervenção da minha companhia era em cima do Senegal, em Cutima, com o quartel a menos de um quilómetro da fronteira. Tínhamos sido infiltrados por uma rede de informação do PAIGC, liderada por um milícia chamado Bori. Sempre que saíamos em operações eles mandavam alguém ao outro lado da fronteira avisar para onde nós íamos. Eu descobro essa rede cerca de quinze dias depois de esse Bori ter morrido, ao meu lado, numa emboscada.

Andávamos num patrulhamento em cima da fronteira e fomos atacados. Tive três mortos entre os milícias e três ou quatro feridos. Eu estava no meio deles. Tive sorte. Tinha ficado para trás para obrigar os tipos a meterem os comprimidos de halazone nos cantis, que enchiam num poço de água suja. Foi o que me safou. O gajo que normalmente ia à minha frente e os dois que iam atrás de mim morreram. Entre eles, o Bori.

Quando descobro, dias depois, a rede de informações dou por mim a discutir com os meus alferes e furriéis e a dizer:

– Mas que raio de situação é esta em que um gajo se coloca numa situação em que acaba por ser morto pelos seus próprios companheiros?

Aí começo a pensar: «Estes gajos é que estão certos; lutam pela sua independência, pela sua liberdade. Eu é que estou aqui a mais. Esta guerra não é minha.»

É aí que eu abro os olhos para a situação e decido não fazer mais ações ofensivas e não voltar mais à guerra e que quando regressasse iria fazer tudo para alterar a situação.

É aí que pondera sair do exército?

Estava absolutamente decidido. Ainda tirei um curso de angariador de seguros de vida...

Mas depois conhece o Manuel Serra ...

Conheci-o no fim de 1972. Estava ainda longe de pensar em meter-me na conspiração. Foi no casamento do Avelino Rodrigues, jornalista, que tinha sido meu capelão nas Caldas da Rainha, mas deixara o sacerdócio. O Avelino perguntou-me:

– Lembras-te de um gajo que esteve uma série de anos preso e que, para fugir à PIDE protagonizou uma cena rocambolesca ao disfarçar-se de padre para sair de uma embaixada e entrar noutra? Vou apresentar-vos.

Eu lembrava-me de ter ouvido falar naquilo. E quando o Avelino nos apresenta, dá-se um episódio giro.

– Ó Manel – diz o Avelino – Vou apresentar-te aqui um capitão amigo e tal...

O Manel Serra estende-me a mão, mas quando ouve o Avelino dizer a palavra «capitão» retira-a imediatamente. E o Avelino:

– É pá, tem calma. O gajo é capitão mas é dos nossos. É porreiro...

Eu olhei-o para ele e digo-lhe:

– Sou capitão, mas estou a pensar sair, porque ‘tou farto de tropa, pá.

– Aguenta aí, pá –, diz o Manuel Serra – Se és dos nossos, não saias que ainda nos vais ser útil.

– Bolas, pá –, respondo-lhe, – Disseram-me que estiveste 11 anos dentro e acabas de sair. Já te queres meter noutra?

– Com certeza, com mais força do que nunca!

Durante a conspiração, havia gente de fora da instituição militar que sabia das movimentações?

Havia. O Manuel Serra e o Avelino Rodrigues, por exemplo. A certa altura, o Manuel Serra fez de correio entre mim e o Duran Clemente, que estava na Guiné. Quando cá esteve disse-me uma que me faria chegar uma carta através de um amigo comum. Assim foi.

Eram umas nove e meia ou dez da noite quando fui a casa dele, em Nova Oeiras, buscar a carta. Bati à porta e ele entregou-ma. A certa altura, o gajo olhou para mim e perguntou:

– Vocês não têm medo, pá? Tu andas aqui sozinho. Esses gajos não vos perseguem?

Olhei para ele, abri a malita, a chamada *mariconera*. Tirei de lá uma pistolozinha, uma 6,35:

– ‘Tás a ver! Com esta merda na mão, tenho a mania que meto a bala onde quero. Se os gajos me quiserem agarrar têm de me abater antes que eu lhe deite a mão. Se a consigo agarrar, não me prendem porque atiro a matar.

– Bolas pá, foi isso que nos faltou no assalto ao quartel de Beja, em 1962. Essa vossa determinação. Essa vossa experiência.

<http://www.historiadentro.pt/vasco-lourenco-o-25-de-abril-nao-aconteceu-por-geracao-espontanea/>

– A malta não anda a brincar.

Isso leva-me a uma questão. Como é que os conspiradores trabalhavam em matéria de segurança? A PIDE e a hierarquia militar estavam ao corrente das vossas movimentações...

Durante toda a conspiração, fui responsável pela área operacional, de ligação e também pela segurança. Lembro-me de, já nos Açores ter discutido isso com o Melo Antunes, enquanto passeávamos na rua comercial de Ponta Delgada. Ele dizia:

– Isto vai dar com os burrinhos na água.

– Vamos ganhar porque fizemos assim, vai resultar – respondi-lhe.

E como é que fizeram?

Logo em Alcáçovas erguemos uma bandeira que se revelaria fundamental: a recuperação do prestígio das Forças Armadas. Isso serviu-nos de instrumento de mobilização, mas também de camuflagem.

Assumimos sempre direta e publicamente o que andávamos a fazer, o que desarmava toda a gente.

Admitíamos que reuníamos e quando nos acusavam de conspirar, respondíamos: «Não. Andamos a reunir para discutir a forma de recuperarmos o prestígio das Forças Armadas».

E assumíamo-lo perante a hierarquia. Tive dois ou três episódios em que me confrontei diretamente com situações dessas.

Refere-se àquela história em que é chamado com Hugo dos Santos ao comando da Região Militar de Lisboa (RML)...

Os gajos usavam escutas e ouviram-nos a marcar uma reunião, para um sábado às três da tarde. Foi precisamente para essa hora que nos convocaram para o gabinete do chefe do Estado-Maior da RML, o coronel Matos Duque.

Com o meu feito contestatário, mandei logo vir com o coronel:

– Então os senhores sabiam que íamos ter uma reunião a esta hora? Isso quer dizer que têm os nossos telefones sob escuta e significa que estão metidos com a PIDE. Não têm vergonha de estarem ligados à PIDE?

E ele:

– Ah... Não é nada disso! Não lhe admito...

– Mas não admite o quê? Diga lá: como soube que tínhamos uma reunião marcada. O que fazemos é discutir o prestígio das Forças Armadas. O meu coronel é militar, também se devia interessar por isso. Venha às reuniões.

– Mas eu não quero ir às reuniões...

– Faz mal. Venha às reuniões!

No meio da discussão ele perguntava onde era a reunião. Por acaso até foi em minha casa, no Estoril.

– Não sei. Ao chamar-nos aqui, o senhor já conseguiu evitar que nós os dois fôssemos – respondi e expliquei que, por razões de segurança, marcávamos um ponto de encontro e que, depois havia alguém a dizer ter um sítio onde podíamos reunir.

– O encontro era às três horas – atirei-lhe – Mas o senhor não nos deixou ir. Mesmo indo agora ao ponto de encontro, já não sabemos onde os outros estão.

Claro que sabíamos, mas isso não lhe disse.

A janela do gabinete era daquelas aos quadradinhos, com vidros foscos, cobertos com uma tinta branca. Num havia uma pequena falha, criando uma mancha mais escura no conjunto.

– Vocês são recuperáveis – diz o coronel a dada altura – Sabem qual é a imagem que eu tenho? Aquele fundo todo branco são Forças Armadas e vocês aquele ponto negro, mas vão ser absorvidos pelo todo.

Eu olho para o gajo e digo:

– Meu coronel, tem piada. Nós temos um pensamento muito semelhante. Só diferimos numa coisa: o fundo todo branco somos nós e vocês a manchinha escura que vai ser absorvida.

E há também aquela história quando vai com Hugo dos Santos ao gabinete de Marcelo Caetano...



Em finais de setembro de 1973, fomos lá entregar uma exposição de contestação aos dois decretos vinda de Moçambique, com mais de uma centena de assinaturas, para acrescentar às outras que já lá tínhamos ido levar.

Chegados a São Bento, pedimos para falar com o comandante Lanhoso, adjunto militar do Presidente do Conselho de Ministros.

– Queríamos falar com o Presidente do Conselho para lhe entregar isto – anunciámos.

– Não sei se o Sr. Presidente os pode receber. Vou lá dentro saber.

Ficámos a aguardar e ele apareceu passado um bocadinho.

– O Sr. Presidente não vos pode receber, mas pediu para eu lhes transmitir que está atento aos vossos problemas. Já recebeu os outros documentos. Mas não aceita ser pressionado. Vocês acabam as vossas movimentações e, a seguir, e debruça-se sobre o vosso problema. Se continuarem, ele não aceita decidir sob pressão.

E eu respondo-lhe:

– Ó Sr. comandante, diga o seguinte ao seu presidente: ele tem de imaginar que vai numa estrada e, ao chegar a uma bifurcação, tem de escolher. Não pode ter uma roda em cada direção. Se optar por uma das saídas, mantém a pouca confiança que ainda lhe resta junto dos militares jovens. Apesar de pouca, ainda é alguma (a suficiente para estarmos aqui a entregar-lhe isto). Mas, para a manter, ele terá de se virar para nós e cortar com os generais velinhos, que já só se representam a si próprios. Se seguir no outro sentido, continuará a contar com o apoio dos generais velinhos, mas perde o que resta da

<http://www.historiadentro.pt/vasco-lourenco-o-25-de-abril-nao-aconteceu-por-geracao-espontanea/>

consideração que os militares mais jovens ainda têm por ele. O meu conselho é este: se optar por esta, diga-lhe que se prepare. Nós não recuamos e vamos ganhar.

Ele olhou-me:

– 'Tá a ver! Está a pressioná-lo. Está a querer encostar o Presidente à parede.

– Não estou nada. Estou apenas a dar-lhe um conselho de amigo, pá. Se não o seguir, o problema é dele.

Quando saímos, ainda nos corredores de São Bento, o Hugo dos Santos diz:

– Tu és doido, pá! Estava a ver que já não saíamos dali e ficávamos presos.

Virei-me para ele:

– Eh pá! Tem calma! Neste momento, os gajos estão muito mais à rasca do que tu possas imaginar.

Estão convencidos de que temos muito mais força do que de facto temos.

Estávamos ainda no início.

Esse género de *bluff* era descuido, excesso de confiança ou uma intenção para baralhar o inimigo?

Usámos sempre essa frontalidade. Assumimos sempre isso, o que os deixava um bocado desarmados. Fazíamos as reuniões abertas, sabendo que havia tipos infiltrados que transmitiam as informações aos comandos hierárquicos. A tónica foi sempre a de que andávamos a discutir o prestígio das Forças Armadas.

Isto criou na PIDE e nos responsáveis militares um sentimento duplo. Baralhou-os, tolhendo-lhes movimentos e capacidade de reacção. Por um lado, sendo indivíduos com experiência militar e na área da segurança, seria lógico que tivéssemos cuidados para não sermos detetados. Mas, se ao contrário do que seria de supor, tratávamos tudo quase às claras, seríamos uma cambada de idiotas incompetentes que não sabem responder às necessidades de segurança ou então era por termos tanta força que não precisávamos de estar preocupados com a segurança. Havia este choque que tolhia.

Depois, sempre que tínhamos assuntos mais complexos, e tivemos sempre, ao longo da conspiração, a segurança era maior e havia mais cuidados no aspeto da segurança com que nos reuníamos ou difundíamos documentos.

Quando é que se apercebem que os capitães são uma força real?

É quando se dá o Congresso dos Combatentes do Ultramar, de 1 a 3 de junho de 73, e os militares do Quadro Permanente foram proibidos de lá ir defender a sua perspectiva, em defesa de uma solução política para a guerra. Isso por serem diferentes das conclusões que o regime pretendia – uma solução militar, com o envio de mais tropas, mais armamento. Face a essa proibição há uma primeira reacção forte de um grupo – a que chamo a pré conspiração.

Avançou-se para uma ação proibida – um abaixo-assinado, com pouco mais de 400 assinaturas – e fez-se um programa em que se desmonta completamente o congresso. E não há nenhuma retaliação. Isso revelou-nos a debilidade do poder e mostrou-nos que se nos organizássemos e se fôssemos suficientemente capazes e audazes, teríamos muito mais força da que podíamos imaginar. Começamos assim.

Mais tarde em relação aos decretos há reacções individuais, mas que se vê claramente que são concertadas. Fizemos aquilo a que chamamos *chocas*, ou seja modelos de exposições, e fizeram-se cerca de 300 exposições individuais de contestação, quase todas iguais. E isso, ao contrário da coletiva, não era proibido.

A seguir há uma primeira reacção coletiva, através da apresentação de um memorando em Pedrouços, quando lá foi o diretor do serviço de pessoal do Exército, os majores que lá estavam a tirar o curso reuniram-se e fizeram um memorando sem ser assinado.

Só mais tarde é que há a primeira ação coletiva de 51 oficiais da Guiné que assinaram o documento. O poder tenta reagir e puni-los, mas gera-se uma onda de solidariedade enorme. O poder apercebe-se que se os punisse teria também de punir mais 200 ou 300 e começa logo a ficar de mãos atadas. O movimento estava a espalhar-se, mas o seu cariz ainda era muito mais corporativo do que político, o que se mantém até ao início de 1974.

Costuma dizer que o Movimento possuía uma «bomba atómica»...

A criação do que considero ser a nossa «arma nuclear» deu-se no dia 6 de outubro, numa reunião que decorre em quatro sítios ao mesmo tempo, aqui na zona de Lisboa, e em que decidimos fazer um pedido de demissão individual em folhas de papel selado, devidamente assinado, sem data, e entregue à Comissão Coordenadora do Movimento. Ficámos assim com 700 pedidos de demissão de oficiais do Exército.

<http://www.historiadentro.pt/vasco-lourenco-o-25-de-abril-nao-aconteceu-por-geracao-espontanea/>

Pelo que se sabe, o senhor é o «pai» dessa «bomba».

É a minha grande *golpaça* em termos pessoais e do Movimento. Logo no início, em Alcáçovas, surgiu a ideia de que devíamos avançar para uma manifestação, a descer a Avenida da Liberdade, fardados e com as condecorações. Mas houve quem, como eu, era contra isso, porque uma ação precipitada podia deitar tudo a perder. Seria como tentar parar um comboio em andamento, marrando de frente contra ele. Havia duas grandes hipóteses em cima da mesa: uma manifestação ou greve de braços caídos e o pedido de demissão.

Eu organizei as reuniões e distribuí os delegados por cada um dos locais. Levei para o sítio onde eu ia estar os delegados de Mafra, da Escola Prática de Infantaria, que eram os mais contundentes na defesa da manifestação. Queria tê-los ali comigo. Nós funcionávamos democraticamente e Mafra representava 40 votos, enquanto eu representava seis votos, os oficiais da minha unidade. E, a certa altura, vi aquilo mal parado.

Aí pedi ao dono da casa, o Rui Rodrigues:

– Eh pá! Preciso de fazer um telefonema...

Não havia telemóveis e, felizmente, o telefone não estava na sala, mas num átrio. Ligo para os outros sítios três sítios e pergunto:

– O que é que se passa aí? Como é que vocês estão?

– E tal... Aqui estamos mais inclinados para a manifestação, mas ainda estamos a discutir.

– Então vejam lá se tomam uma decisão, porque nós aqui já decidimos pelo pedido de demissão – digo eu.

– Então, espera aí que vou lá dentro informar e colocar o problema...

Dos três locais responderam-me:

– Eh pá! Se vocês já decidiram, também optamos pelo pedido de demissão.

Quando regresso lá dentro digo:

– Vamos lá decidir isto! Já tenho aqui informação dos outros três sítios e eles decidiram pelo pedido de demissão.

– Ai é! Então se eles optaram pelo pedido de demissão, nós também.

Isso foi uma jogada um bocado...

Fi-la absolutamente sozinho. Ninguém soube na altura. O Dinis de Almeida conta no seu livro [*Origens e Evolução do Movimento dos Capitães*, Edições Sociais] que quando telefonei eles estavam quase a decidir pela manifestação e que a minha chamada os fez mudar de posição.

Se tivessem decidido usar os pedidos de demissão, o Exército ficaria paralisado?

Paralisaria. Mesmo admitindo que metade borregava, ficariam 350 pedidos de demissão de capitães e majores em cima da mesa, o que seria muita coisa.

Aliás, mais tarde, o Marcelo Caetano vem dizer, no *Depoimento*, escrito no Brasil, que, quando soube disso, percebeu que se estava a perder a guerra. Na altura, terá dito esta frase: «Cuidado com os capitães, são demasiado jovens para se deixarem comprar.»

E qual foi a reação do regime?

Com tudo isto eles tiveram muito receio de intervir. Só tentam retaliar, depois da nossa última grande reunião de 5 de março, em Cascais. É nessa que optamos pelo golpe militar. Aprovamos um programa político [*O Movimento das Forças Armadas e a Nação*] e escolhemos de dois chefes [os generais Costa Gomes e António de Spínola]. Eu sou transferido com mais três capitães: vamos três para as ilhas e outro vai para Bragança. Se essa ação da minha retirada de cena se tem dado em janeiro, quando ainda estávamos numa fase muito incipiente, todo o processo se teria atrasado bastante.

Uns tipos conspiram para pegar em armas e assumem-no num documento. A punição é a transferência de unidade e instauração processos de expulsão das fileiras Exército. O regime reagiu de uma forma medrosa.

É uma reação pífia. Havia aí muitas contradições. A hierarquia militar estava dividida. Arranjámos dois generais prestigiados [Costa Gomes e Spínola] e tínhamos travado a tentativa de golpe de Kaúlza de Arriaga. Toda esta reação dos gajos é bestialmente pífia, pá. Os gajos tiveram medo de assumir. Estive preso seis dias, na casa de reclusão da Trafaria, e depois fui enviado para Ponta Delgada. Sou largado num avião e vou apresentar-me lá normalmente.

E, dois dias depois, está a comandar interinamente o Quartel-General da Região Militar...

Cheguei num sábado e, na segunda-feira, o almirante foi para Angra do Heroísmo e para o Faial. Como eu era o oficial mais antigo fiquei eu a comandar.

<http://www.historiadentro.pt/vasco-lourenco-o-25-de-abril-nao-aconteceu-por-geracao-espontanea/>

Como é que souberam do golpe de Kaúlza de Arriaga, que diz terem desmontado?

No início de dezembro de 1973, andávamos naquela situação de expandir o Movimento e tentámos alargá-lo a coronéis, quando nos aparece, levado pelos paraquedistas, o coronel Frade Júnior a falar em nome de quatro generais – Kaúlza de Arriaga, Silvino Silvério Marques, Luz Cunha e Henrique Troni – e a aliciar-nos para participar no golpe, em cujo decurso se previa eliminar dois inimigos: os generais Costa Gomes e Spínola.

Quem fazia as ligações com o Frade Júnior eram o Sousa e Castro e o Freire, um tenente que estava com ele em Cascais. Nós dissemos-lhes:

– Eh pá! Tentem empatar e peçam-lhes um programa político.

E os gajos prometeram levar um programa político ao encontro de 12 de dezembro, na Pousada de São Filipe, em Setúbal. Mas o documento que levaram era um relatório da abrilada de 61, da autoria do Kaúlza em que ele desancava no Costa Gomes e no Botelho Moniz. Ah! E ele ainda realçava o papel patriótico que teve em fazer abortar essa tentativa de golpe.

É na sequência da *kaulzada* que reata as relações com Spínola?

Quando soubemos dessa tentativa de golpe, pedi ao Carlos Fabião para nos promover um encontro. O Fabião tinha estado no início da conspiração, mas desligou-se, dizendo: «Quando for preciso pegar numa espingarda, chamem-me. Não estou para perder tempo com papéis.»

O reencontro com Spínola foi das maiores desilusões que tive.

Como assim?

Na véspera, uma sexta-feira, tinha estado sozinho com o Costa Gomes. Foi igualmente dececionante. Pedira-lhe uma audiência e fui denunciar-lhe os planos do Kaúlza. O Costa Gomes reagiu como quem está a tomar um cafezinho diz-me:

– Muito obrigado por me ter informado...

Vim de lá desiludidíssimo, porque ele era o Chefe de Estado-Maior General. Vai ali um capitão que ele não conhece de lado nenhum, denuncia-lhe um golpe em preparação que o tem como alvo e ele reage como se nada fosse.

Saí dali e pensei: «Com gajos destes, onde é que nós vamos?»

Na manhã seguinte, telefonei ao Carlos Fabião, um dos homens do Spínola, e digo-lhe que preciso de me encontrar com ele. Encontramo-nos e vamos no meu carro, um Datsun branco. Ali junto aos Jerónimos saímos do carro, por recermos que podiam lá ter colocado uma escuta.

Então, conto-lhe:

– Passa-se isto e isto. Preciso de falar imediatamente com o Spínola.

Ele foi a uma cabine telefónica e falou para casa do general. Ficámos de ir ter com ele à Cova da Moura, onde funcionava o Estado-Maior General.

O encontro dá-se em plena rua, no larguinho contíguo ao Palácio da Cova da Moura. Quando me vê, o Spínola diz logo:

– Você aqui?!

E eu respondo:

– Meu general, vamos esquecer o passado que temos assuntos mais importantes.

E o Fabião:

– Meu general, ouça o capitão Vasco Lourenço que ele tem um assunto importante.

– Então diga lá.

– É para o informar que está em marcha um golpe de Estado feito por quatro generais. Para já os inimigos a eliminar, são o meu general e o general Costa Gomes. Este porque se meteu na abrilada do Botelho Moniz, em 61. O senhor porque, contactado pelo general Kaúlza para participar no golpe, terá recusado, dizendo que se quisesse fazer um golpe, fazia-o sozinho e que só à sua conta tem toda a Calçada da Ajuda.

E o gajo:

– Ah, ele disse isso? Tem piada. Lembro-me perfeitamente dessa conversa. De facto respondi-lhe isso.

– Meu general, como vê não estamos a inventar nada. Eles tentaram aliciar-nos...

E a reação dele a isso?

A resposta dele foi:

– Como sabem, fui nomeado vice-Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, vou tomar posse daqui a um mês. Estejam atentos ao meu discurso, que vou tomar posição.

– O quê meu general? Daqui a um mês num discurso? O golpe pode ser amanhã ou pode estar já a decorrer. Temos é de atuar já.

– Estejam atentos que eu vou tomar posição.

<http://www.historiadentro.pt/vasco-lourenco-o-25-de-abril-nao-aconteceu-por-geracao-espontanea/>

E despediu-se...

O Fabião e eu regressámos ao meu Datsun. E eu digo-lhe:

– Com generais destes não vamos a lado nenhum.

Ficaram assustados com essa tentativa da extrema-direita de instrumentalização do Movimento?

Foi o grande susto que apanhei. Ainda estávamos numa fase bastante embrionária e a preocupação era a de, havendo um golpe, a nossa malta pudesse entrar convencida que estava a entrar no golpe certo. Por isso mesmo, decidimos denunciar.

E como é que abortam o golpe?

Já no carro, viro-me para o Fabião:

– Temos de fazer qualquer coisa. O que é que vamos fazer?

E ele:

– Pá, se quiseres, sou o chefe de curso [no Estágio de Promoção a Oficial Superior do Exército, do Instituto de Altos Estudos Militares] e, na segunda-feira, aproveito para denunciar o golpe.

– OK. Vamos a isso. Entretanto, eu ponho-me em contacto com a nossa rapaziada nas unidades a alertá-los para que, se houver alguma coisa, não é nada connosco. Assim, ninguém entra.

Na segunda-feira, 17 de dezembro, dá-se uma coisa a que não assisti, mas que deve ter sido extraordinária. O anfiteatro estava cheio de majores, seriam uns duzentos. No início, o Fabião pede ao instrutor para fazer um anúncio. Pensando tratar-se de algo que tivesse a ver com o curso o outro diz:

– Faça favor.

Estou a imaginar o Fabião tenso, a levantar-se e a dizer em tom grave:

– Camaradas, é só para vos informar que está em marcha um golpe de Estado Militar feito por quatro generais e que os generais Costa Gomes e Spínola devem ser eliminados.

Uma bomba na sala não teria maior efeito. Interrompeu-se o curso e mandaram-nos todos para casa.

Resultado: o Kaulza participou do Fabião, dizia que era tudo falso. O Kaulza negou sempre que tivesse feito essa tentativa, o que me levou a acusá-lo de cobardia, mais do que uma vez.

Chegou a dizer-se que essa tentativa de golpe foi inventada pelo movimento...

Sim, sim. Ele, na altura, tentou que essa ideia passasse. Negou-a sempre até a finalmente a admitir no seu último livro, escrito poucos anos antes de morrer. Aí, o gajo assume tudo: que tentou pressionar, que tentou criar condições para obrigar o Marcelo Caetano a inverter a situação, que o Spínola não quis, que este e o Costa Gomes eram os adversários que tinham de ser arrumados. Contudo, avança com uma teoria interessante: aquilo não era um golpe, porque era feito por generais.

A intenção deles era eliminar fisicamente o Spínola e o Costa Gomes?

Usaram sempre o termo «eliminar», nunca a expressão «eliminação física». Se o tivessem feito, a coisa teria sido mais complicada, dado o espírito dos militares. Mesmo que tivessem pensado fazê-lo, tiveram o cuidado de não a usar.

Spínola ainda lhe dará outra desilusão, até ao 25 de Abril.

Refere-se à minha ida a casa do Spínola. O livro dele – *Portugal e o Futuro* – tinha saído e havia muita controvérsia à volta do general. O Marcelo ia falar à Assembleia Nacional no dia 5 de março [de 1974]. Na véspera, numa reunião, suspeitámos que o Spínola ia ser preso. Tínhamos de tomar uma atitude.

Contactámos a malta de Santarém.

– Temos de pôr a hipótese de meter aí o Spínola.

Seriam umas onze da noite, quando fui a casa do general com o Otelo. O gajo apareceu-nos em roupão.

– Meu general, admitimos que amanhã, na sequência da ida do Marcelo Caetano à Assembleia Nacional, o senhor possa ser preso. Viemos sugerir-lhe que amanhã, em vez de dormir em casa, vá pernoitar à Escola Prática de Cavalaria. Se depois ainda o quiserem prender que tentem ir lá buscá-lo, se tiverem coragem. Nós protegemo-lo.

– Nem pensem nisso, pode haver sangue...

Eu olhei para ele:

– Ó meu general, nós andamos a discutir essas coisas. Estamos lá com medo que possa haver sangue. Qual é o problema? Se tiver que haver sangue e se tiver de ser nosso, qual é o problema? Não estivemos na guerra?

– Se me prenderem, vocês façam uma manifestação, porque eu também tenho aí amigos no governo. Falou no Veiga Simão e outros.

Nós saímos e eu olhei para o Otelo:

– Com estes gajos...

<http://www.historiadentro.pt/vasco-lourenco-o-25-de-abril-nao-aconteceu-por-geracao-espontanea/>

Isso foi dois dias antes da reunião de Cascais, a 5 de março, onde o Spínola foi, ainda assim, o segundo escolhido. O primeiro continuou a ser, como em Óbidos, o Costa Gomes.

Tinham alguma alternativa na manga, caso Costa Gomes e Spínola não aceitassem liderar o movimento?

Não. Aliás, eu sempre defendi que não precisávamos de generais.

As decisões tomadas nessa reunião de 5 de Março tiveram consequências disciplinares, para si e para mais alguns militares do movimento.

No dia 9 de Março, estava na minha unidade, na Trafaria e sou chamado ao gabinete do comandante. O gajo está um bocado a tremer e estende-me um papel.

Era uma mensagem:

Capitão Vasco Lourenço, transferido, por razões de serviço, para o Quartel-General de Ponta Delgada. A ordem de transferência tinha vindo do ministro do Exército e teria de embarcar no dia seguinte.

Indignei-me.

– Amanhã?! Estão a brincar? Isto não se faz a um cidadão, pá. Amanhã para Ponta Delgada, a que propósito? Não vou, pá!

O comandante começou a ficar à rasca:

– Eu tenho de o obrigar a cumprir a ordem. Tem de ir. Não pode simplesmente dizer que não vai.

Aí eu percebi:

– E se eu disser que vou?

– Se disser que vai, segue para casa e amanhã vem cá buscar a guia de marcha e o bilhete de avião.

Mas vai mesmo?

– Vou.

– Vai mesmo?

– Eh pá! Não faça perguntas esquisitas para não ter respostas que não quer ouvir. A minha resposta perante esta situação é: eu vou!

Ainda almocei na unidade e fiz mais dois contactos. Descobri que havia mais dois gajos transferidos para as ilhas e outro para Bragança.

Fizemos uma reunião, começamos a discutir e chegámos à conclusão que o Movimento tinha de evitar o nosso embarque. Entretanto, os dois ou três oficiais da Marinha, que entretanto aderiram ao Movimento como observadores, começaram a convencer o pessoal para os deixar ir falar com o Ministro da Marinha, que era um «gajo porreiro».

E lá foram falar ao ministro...

É nessa ocasião que combinam o vosso rapto pelo MFA?

Ficou combinando que no dia seguinte de manhã seríamos raptados e definimos quem raptava quem: o Otelio ia raptar-me a mim, já não me lembro quem ficou de raptar os outros (Antero Ribeiro da Silva e o Carlos Clemente). O David Martelo ia para Bragança, deixávamo-lo ir, não havia problema nenhum. Chego a casa eram umas cinco da manhã. Tinha acabado de me deitar, quando toca o telefone. Atendo e do outro lado ouço:

– Eh pá! Daqui Sanches Osório. É só para te informar para saíres imediatamente de casa.

– Mas porquê, pá?

– Aquela diligência dos camaradas da Marinha junto do ministro deu raia. Está tudo de prevenção rigorosa e os oficiais estão a receber ordens para recolher às unidades.

Arranjei-me. Tinha a mala e disse à minha mulher:

– Olha, fica aí feita. Hei de dar notícias.

O que se passou foi isto: os gajos da Marinha tinham ido ao ministro que acordaram às três e pouco da manhã e disseram:

– Senhor ministro, o ministro do Exército deu ordem de transferência a três capitães para as ilhas. O Movimento não aceita. O senhor convença o ministro do Exército a rever a ordem, se não isto vai dar bernarda.

O ministro fala com o outro e entrou tudo em pânico. Prevenção rigorosa: uma situação que não se verificava em Portugal desde o assalto ao quartel de Beja.

E eu vou ter com o meu raptor. São umas seis da manhã, quando paro o carro perto da casa dele, em Nova Oeiras. Bato à porta das traseiras. Quando ele aparece digo-lhe:

– Já que não me foste raptar, venho eu aqui para me raptares.

– Eh pá! Fui chamado para a Academia Militar. Também tenho de me apresentar. Não dá. Vou ver se te encontro um sítio.

<http://www.historiadentro.pt/vasco-lourenco-o-25-de-abril-nao-aconteceu-por-geracao-espontanea/>

Acabei por me ir esconder na casa devoluta de uma tia do Manuel Monge, ali em Miraflores. O meu Datsun ficou em Oeiras e só o recuperei, quando vim dos Açores [já depois do 25 de Abril]. Mais tarde reunimo-nos em casa do Pinto Soares e chegámos à conclusão que tínhamos feito o essencial: demonstrou-se a fraqueza dos gajos, que tinham entrado em polvorosa, e a nossa força. Então decidimos entregar-nos. E foi o Pinto Soares que nos foi entregar.

E foram todos presos... Essas transferências, bem como as que se seguiram ao 16 de Março acabaram por jogar a favor do Movimento.

Foi a pior coisa que os gajos podiam ter feito. Espalharam as abelhas pelos sítios. Por exemplo, Estremoz, uma unidade que vem a ser muito importante para o 25 de Abril. Os capitães que lá estavam eram oriundos dos milicianos. Mas entram claramente no Movimento, porque, na sequência do 16 de Março, é lá colocado o Miquelina Simões, um major da Comissão Coordenadora. Isso aconteceu em várias unidades.

Transferiram a malta de unidade, convencidos que estavam a dismantelar-nos, mas estavam a fazer o contrário.

É metido num avião a caminho de Ponta Delgada, a 15 de março, precisamente, na véspera do golpe das Caldas. O que é que levou a esse pronunciamento?

Primeiro, a necessidade de nos tirar da prisão – uma resposta ao compromisso assumido em outubro do ano anterior de que, se houvesse alguma retaliação contra o Movimento, a malta tinha de reagir. Assim, decidiu-se acelerar o processo.

Por outro lado, é também precipitado pela «brigada do reumático» (a 14 de março) e a demissão de Costa Gomes e Spínola (a 15).

14 de março de 1974: Chefes militares (brigada do reumático) solidarizam-se com o regime

Reprodutor de vídeo

00:00

05:46

Tudo isso precipita um movimento feito em cima do joelho, sem planeamento nenhum e deu o que deu.

Falhou, mas foi um ensaio geral para o 25 de Abril ou não?

Não o podemos encarar propriamente como ensaio, porque, desde logo, não foi premeditado enquanto tal. Houve a sorte de o Otelo, que estava envolvido, não ter sido detetado. Ele substituiu-me, entretanto, como responsável operacional e tirou, dali ilações que foram extremamente úteis. Ajudou inclusivamente à conceção de um novo planeamento.

O falhanço do 16 de Março prova que o regime não estava assim tão podre? Que o 25 de Abril não foi somente chegar ali e abanar a árvore para a maçã cair?

É das provas que dá mais mérito ao 25 de Abril. A conceção que havia era que isto estava tão podre, tão podre, que no dia em que uma unidade saísse, as outras viriam atrás e caia tudo. Ora, o 16 de Março é a última prova de que isso não era assim. A grande virtude do 25 de Abril é a de o planeamento ter sido feito com a intervenção simultânea de todas as unidades do País. Por exemplo, quando o Salgueiro Maia, vindo de Santarém, chega a Lisboa por volta das seis da manhã, os objetivos principais estão todos tomados.

A vossa experiência de guerra foi importante para o 25 de Abril?

Extraordinariamente importante para tudo. Para abirmos os olhos, para a consciencialização, para a capacidade de autonomia (na guerra, o capitão adquire uma experiência fortíssima em termos de independência face à hierarquia), para a capacidade de organização e para a determinação.

Como é que lhe chega a notícia do 25 de Abril aos Açores?

Estou de oficial de serviço. Recebo na véspera o telegrama que é mandado para a sogra do Melo Antunes, residente em Ponta Delgada, com o código que tinha enviado ao Otelo:

Tia Aurora segue Estados Unidos da América 25 03 00. Um abraço. primo António.

E fico a aguardar a imaginar como é que aquilo se vai passar. E imagino que se eu estivesse no continente a coordenar as operações, preocupar-me em deitar a mão a uma emissora de rádio. Admiti que o Otelo pudesse pensar da mesma maneira. Então aguardei no gabinete do oficial de dia a fazer *zapping* na rádio a tentar acertar no canal. E quando o consigo, caio já na parte final do primeiro comunicado do MFA...

Mas como só ouvi a última parte fiquei na ignorância se seria um comunicado nosso ou do regime.

<http://www.historiadentro.pt/vasco-lourenco-o-25-de-abril-nao-aconteceu-por-geracao-espontanea/>

Quanto tempo demorou essa ansiedade?

Não sei. Talvez alguns cinco minutos, mas a mim pareceu-me uma eternidade. Andava para trás e para a frente no gabinete como uma fera enjaulada. De repente, aquela marcha militar (que mais tarde ficaria conhecida como a *Marcha do MFA*) termina e ouço:

Daqui posto de comando das Forças Armadas.

Eu dei urros, pá. A gritar:

– Já ganhámos, já ganhámos!

CD25A